



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

Como o preço e a renda dos imóveis estão a aumentar de forma contínua, a habitação pública é a única opção para a maior parte dos trabalhadores “sem concha” resolverem o seu problema de habitação. Procurar terrenos para construir habitação pública, para dar resposta às necessidades habitacionais dos residentes, é neste momento uma das prioridades mais importantes das acções governativas.

Em resposta às interpeleções orais dos Deputados, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Lau Si Iu, afirmou que os terrenos são escassos e que o Governo vai, através de diversas formas, libertar mais terrenos para a construção de habitações públicas. Prevê-se que, nos próximos 3 a 5 anos, os terrenos que estão nas mãos do Governo permitirão apenas a oferta de cerca de 6 mil habitações públicas. Em relação aos 29 terrenos não aproveitados, em fase final de procedimentos legais, o Governo vai “elaborar de imediato planos para os terrenos que vão chegando às suas mãos por reversão”, destinando-os prioritariamente para a construção de habitação pública. A longo prazo, existem as 28 mil habitações públicas da Zona A dos novos aterros, mas prevê-se que só em 2019 é que vão estar reunidas as condições para se dar início à recepção dos respectivos pedidos.

A situação tensa da escassez de terrenos está a evidenciar-se. Face à situação real objectiva, ou seja, aos limitados terrenos para as instalações de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

habitação pública, e de zonas comunitárias e da vida dos residentes, o Governo deve controlar adequadamente o seu direito de desenvolvimento e utilização dos futuros terrenos a serem aproveitados, seguindo o princípio “utilização racional, utilização economizadora”, por forma a dar resposta às diversas exigências relativas à habitação ou à vida quotidiana da população.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Os recursos de terras em Macau são escassos, sendo bastante limitados os terrenos disponíveis do Governo. Uma vez que, para responder às necessidades da população, o Governo realça sempre que há falta de terrenos, então, não deveria estar determinado em adoptar políticas específicas para a habitação e prometer que os terrenos não vão ser concedidos aos promotores? Mais, na qualidade de “proprietário”, vai controlar bem os direitos de desenvolvimento e de uso desses recursos preciosos, com vista a promover o desenvolvimento sustentável de Macau?
2. A percentagem de habitações públicas de Macau é relativamente baixa e, mesmo que conte com 19 mil fracções, estas apenas representam cerca de 20% do total de habitações, e as restantes 80% são privadas. Neste momento, o preço das habitações privadas é bastante elevado e, atendendo ainda às fortes necessidades da população em relação à habitação pública, os terrenos destinados à respectiva construção não



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

são suficientes. As autoridades podem prometer que todos os terrenos para fins habitacionais serão utilizados ou reservados para a construção de habitação pública, e não concedidos aos promotores para efeitos de construção de habitações privadas, com o intuito de especulação e obtenção de lucros?

3. O Governo pode prometer à sociedade que todos os terrenos vão ser utilizados, com prioridade, para responder às necessidades dos residentes de Macau, incluindo as de habitação, entre outras?

17 de Julho de 2014.

A Deputada à Assembleia Legislativa
da Região Administrativa Especial de Macau,
Lei Cheng I